traordinário efectuado pela dactilógrafa de 2.^a classe Preciosa Piedade Madureira de Oliveira Teixeira.

§ único. Os referidos trabalhos serão pagos em harmonia com o disposto no § 5.^o do artigo 6.^o do decreto-lei n.^o 13:872, de 1 de Julho último, pelas disponibilidades da verba do capítulo 19.^o, artigo 158.^o, do orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações actualmente em vigor.

O Ministro do Comércio e Comunicações assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 7 de Janeiro de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Artur Ivens Ferraz*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Orientê

2.^a Repartição

Decreto n.^o 14.916

No *Boletim Oficial* de Macau n.^o 33, de 13 de Agosto último, foram publicados dois contratos celebrados em 30 de Julho anterior para o provimento de lugares de professores do Liceu Central de Macau. Os contratados são cidadãos portugueses, um para o ensino da língua portuguesa, outro para o da língua franceza, ambos pelo prazo de dois anos prorrogáveis e com a remuneração anual de 4:800 patacas, além das gratificações por serviços extraordinários correspondentes às que podem perceber os professores provisórios por iguais serviços.

O Conselho Superior das Colónias, examinando esses contratos, como lhe competo segundo o n.^o 3.^o do artigo 14.^o e § 1.^o do artigo 21.^o do decreto n.^o 12:110, expôs superiormente que, tanto elles como os despachos do governador da colónia que deram lugar à sua celebração, contrariam disposições legais vigentes e estabelecem um sistema que conduz à dispensa do concurso e da prova de habilitações literárias para a entrada no corpo docente liceal, sistema que nem se recomenda pela economia, porquanto a remuneração dos professores provisórios, recrutados localmente em concurso para cada ano lectivo, é muito inferior àquella que foi arbitrada nos contratos em questão.

Com effeito, os cargos públicos coloniais só podem ser providos por contrato «quando a lei o permitir» — decreto n.^o 13:049, de 16 de Dezembro de 1926, artigo 1.^o — e é fora de dúvida que a legislação reguladora da instrução secundária em Macau apenas concede essa permissão para o provimento dos professores de canto coral — decreto n.^o 7:558, de 18 de Junho de 1921, artigo 255.^o — e dos professores de línguas vivas estrangeiras quando elles sejam de nacionalidade estrangeira — decreto n.^o 13:279, de 12 de Março de 1927, artigo 3.^o, rectificado no *Diário do Governo* n.^o 61, de 24 do mesmo mês. Fora destes casos excepcionais o provimento dos cargos de professores tem de ser feito mediante concurso, por nomeação do Governo da metrópole ou do governo local, conforme se tratar de professores effectivos ou de

professores provisórios destinados a suprir a insuficiência do número dos primeiros — decretos n.^o 5:828, artigo 2.^o, § único, e n.^o 13:279, artigo 2.^o

Esta regra geral da nomeação por concurso não foi observada. Os contratos realizados subverteram-na, contrariando manifestamente as disposições legais que a instituíram.

Poder se-ia invocar a competência conferida ao governador pelo artigo 21.^o do decreto n.^o 12:499-C, de 4 de Outubro de 1926, para contratar pessoal com o fim de atender a necessidades imprevisas ou passageiras de administração provincial, mas tal invocação seria inteiramente despropositada, não só porque o exercício dessa competência depende de o pessoal não poder ser obtido por nomeação, circunstância que se não dava, mas também porque os contratos, autorizados meses antes da abertura do ano lectivo e realizados por dois anos de prazo, não podiam de forma nenhuma representar a satisfação de necessidades imprevisas ou passageiras da administração provincial.

É também incontestável que o sistema de provimento por contrato não assegura o melhor recrutamento de professores por dispensar a concorrência e a prova das habilitações legalmente exigidas, assim como se torna mais dispendioso, visto a remuneração estabelecida ser muito superior ao vencimento dos professores provisórios apurados em concurso para cada ano lectivo.

E assim, tornando-se necessário reparar o erro praticado para que se mantenha o exacto cumprimento das disposições legais em vigor e se não estabeleça nesta matéria um precedente que seria perigoso admitir;

Usando da faculdade que me confere o n.^o 2.^o do artigo 2.^o do decreto n.^o 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valor como lei, o seguinte:

Artigo único. São declarados nulos os contratos de prestação de serviço de professores no Liceu Central de Macau, com data de 30 de Julho de 1927, publicados no *Boletim Oficial* de Macau n.^o 33, de 13 de Agosto do mesmo ano, e bem assim os despachos do governador da colónia que autorizaram a sua celebração.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêlo se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Macau.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Janeiro de 1928.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Altes Pedrosa.*